



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

2024



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Presidente

Desembargador Federal VALLISNEY OLIVEIRA

Vice-Presidente e Corregedor Regional

Desembargador Federal RICARDO MACHADO RABELO

Secretário-Geral da Presidência

Juiz Federal ANTÔNIO FRANCISCO DO NASCIMENTO

Diretor do Foro

Juiz Federal JOSÉ CARLOS MACHADO JUNIOR

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS

Diretor-Geral

JÂNIO MADY DOS SANTOS

Diretor da Secretaria Administrativa

RAIMUNDO DO NASCIMENTO FERREIRA

MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Juíza Federal Substituta Natália Floripes Diniz - Presidente;

Juíza Federal Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo Vice-Presidente;

Juíza Federal Ana Paula Rodrigues Mathias, indicada pela Presidência;

Mariluce Maria dos Santos, servidora representante da área de Acessibilidade e Inclusão;

Danielle Schmidt Dolci, servidora representante da área de Sustentabilidade;

Fernanda Câmara Pires, servidora representante da área de Gestão Estratégica - Secretária substituta;

Jefferson Haine Maciel, servidor representante da área de Engenharia ou Arquitetura;

Ciésio José de Sousa Junior, servidor representante da área de Gestão de Pessoas;

Yuri Menezes dos Anjos Bispo, servidor representante da área de Tecnologia da Informação;

Francine Figueiredo, servidora representante da Escola de Magistratura - Secretária.

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA PARA SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

Mariluce Maria dos Santos – Assessora-chefe

Danielle Schmidt Dolci

Marcelo Brazil de Abreu

Emanuel Decio Gomes Costa Ferreira

Apresentação

O presente relatório registra as ações desenvolvidas para a promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência no Tribunal Regional Federal da 6.^a Região – TRF6, no período de 1.^o de janeiro a 31 de dezembro de 2024, conforme determinação contida no art. 23, VII da Resolução CNJ n.º 401/2021.

Em 2024 foram desenvolvidas ações de acessibilidade e inclusão, ainda de forma bastante incipiente, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal da 6.^a Região (TRF6) tem apenas pouco mais de 2 anos.

É importante salientar que em 2023 foi instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão foi instituída em março de 2023, pela Portaria Presi 43. A designação dos membros da Comissão ocorreu posteriormente, em fevereiro de 2024, sendo sua última alteração em dezembro de 2024.

Ademais, em novembro de 2024 foi criada a Assessoria Especial da Presidência para Sustentabilidade e Acessibilidade (ASESA), que em seu Art. 3º, parágrafo único, determina que “a Coordenadoria de Sustentabilidade exercerá, também, as atribuições previstas no art. 23 da Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021, até que seja criada a Unidade de Acessibilidade e Inclusão.”

Sendo assim, conforme determina a Resolução 401/2021 e as Portarias PRESI 43 e PRESI 75, este relatório foi elaborado pela ASESA..

2. Descrição das ações do Tribunal

As ações realizadas no exercício 2024 possuem como fonte de dados os registros integrais constantes de processos administrativos SEI que tramitam nas unidades responsáveis pela coleta e sistematização dos indicadores do Anexo da Resolução CNJ n.º 401/2021.

2.1 Ações de Capacitação e sensibilização

Estas iniciativas estão alinhadas principalmente com os artigos 17 e 18 da Resolução CNJ 401:

“Art. 17. Os(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário devem ser capacitados(as) nos temas relativos a acolhimento, direitos, atendimento e cotidiano de pessoas com deficiência.

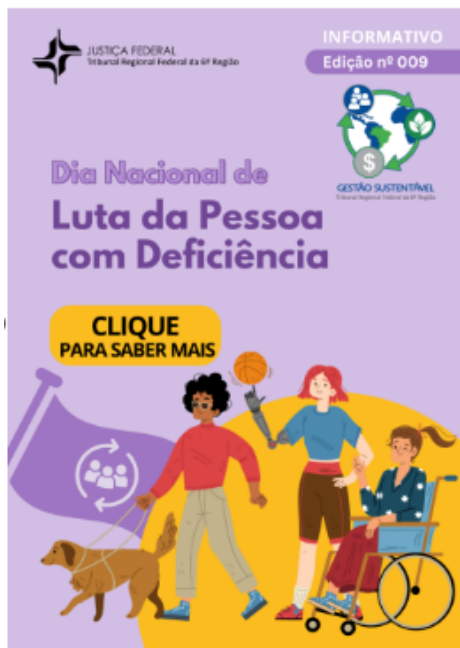
Art. 18. Deverão ser promovidas ações de sensibilização sobre os temas de que trata o caput do art. 17 desta Resolução, com o objetivo de fomentar maior conscientização e mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário.”

2.1.1 Informativos mensais de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão:

Com o intuito de promover a sensibilização do corpo funcional da instituição nos assuntos de acessibilidade e sustentabilidade, ao longo do ano de 2024 foram publicados 11 informativos. Os informativos foram enviados através do e-mail institucional, veiculados nas televisões internas do TRF6, bem como disponibilizados no Portal do TRF6 ao público externo e interno.

No dia da Luta da Pessoa com Deficiência e no dia da Acessibilidade, foram divulgados informativos que trataram temas como capacitismo e inclusão e linguagem.

O material pode ser acessado através do link: [Informativo acessibilidade](#)



Início » Inclusão e acessibilidade no TRF6

Inclusão e acessibilidade no TRF6



No Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (03/12) e Dia Mundial da Acessibilidade (05/12), a Assessoria Especial de Sustentabilidade do Tribunal Regional Federal da 6ª Região convida a todos a refletirem sobre a importância da inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiência. Este é um momento crucial para reafirmarmos nosso compromisso com a igualdade e a dignidade, direitos fundamentais para uma sociedade justa e sustentável.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência destaca que a acessibilidade é um direito que garante às pessoas com deficiência a possibilidade de viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e participação social. Ele enfatiza a necessidade de remoção de barreiras e a promoção de condições equitativas de acesso a todos os serviços e oportunidades. Adicionalmente, a Resolução 401 do CNJ estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade e

inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. Entre seus objetivos, estão a promoção da acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal, além de assegurar a oferta de tecnologias assistivas e a adaptação razoável dos ambientes. A resolução também incentiva a capacitação de servidores para um atendimento inclusivo e a implementação de rotas acessíveis em todas as instalações judiciais.

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região reforça a importância de políticas de sustentabilidade que incluam a proteção dos direitos intergeracionais ao meio ambiente e a promoção de uma cultura organizacional inclusiva. Destaca a necessidade de observar diretrizes que garantam o respeito à diversidade e a igualdade de oportunidades, promovendo um ambiente mais inclusivo e acessível.

Em alinhamento também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Tribunal Regional Federal da 6ª Região reafirma seu compromisso com a implementação de políticas e ações que promovam a acessibilidade e a inclusão, para que possamos construir uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, que possibilite igualdade de oportunidades para todos.

Confira ainda os informativos da Sustentabilidade e explore diversos assuntos desta pauta, e de igual importância, clicando no link abaixo e fique por dentro de nossas ações.

<https://portal.trf6.jus.br/sustentabilidade/informativos-sustentabilidade/>

2.1.2 Palestras e Cursos:

- Programa de Saúde Mental, com realização da palestra, ministrada por psiquiatra, com o tema "Neurodivergentes e Saúde Mental: transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e do Espectro Autista- TEA e o Mundo Digital".

A palestra foi realizada pelo médico psiquiatra, mestre em Pediatria e Doutor em Ciências da Saúde pela Fundação René Rachou/FIOCRUZ, Sr. José Ferreira Belisário Filho. Essas ações também fizeram parte do rol de atividades associadas ao Programa de Saúde Mental do TRF6/2024.

Total de participantes: 128.



- Palestra “Entendendo melhor sobre o espectro autista - nível 1 de suporte e suas implicações no ambiente de trabalho.

Atividade ministrada pela Dra. Marina Amaral Tavares, médica perita do TRF6, com especialização em psiquiatria.

Total de participantes: 122



- **Capacitação em Excelência no Atendimento à Pessoa com Deficiência**

Realizado de 05 a 09 de agosto, com teoria e oficina prática, o curso capacitou 50 servidores e teve como objetivos:

Objetivo Geral:

- Realizar o atendimento ao cidadão e à cidadã com deficiência com excelência, atendendo às diretrizes de acessibilidade, de modo a eliminar ou reduzir barreiras que possam obstruir o pleno acesso à prestação jurisdicional.

Objetivos Específicos:

- Examinar a evolução do conceito deficiência sob o paradigma da inclusão e do modelo pós-social;
- Reconhecer as múltiplas barreiras de acessibilidade e formas de eliminá-las ou minorá-las no atendimento da cidadã e do cidadão e na prestação do serviço jurisdicional;
- Identificar práticas discriminatórias, com vistas à construção de uma cultura institucional anticapacitista;
- Desenvolver práticas de atendimento ao cidadão com deficiência, de acordo com os diversos tipos de impedimento, de natureza física, psicossocial, intelectual e sensorial.



Objetivo Geral

Realizar o atendimento ao cidadão e à cidadã com deficiência com excelência, atendendo às diretrizes de acessibilidade, de modo a eliminar ou reduzir barreiras que possam obstruir o pleno acesso à prestação jurisdicional.

Data de realização

05/01/2024 - Live de Nivelamento para a Oficina

06 e 08/08/2024 - Oficina para Turma 1

07 e 09/08/2024 - Oficina para Turma 2

2.2 Criação da Assessoria Especial da Presidência para Sustentabilidade e Acessibilidade (ASESA)

A fim de dar cumprimento à Resolução CNJ n. 400/2021 foi criada, através da Portaria Presi 75/2024 uma unidade específica para tratar os assuntos de sustentabilidade e acessibilidade. A estrutura é compartilhada entre o 1º e 2º graus. A ASESA tem como atribuições àquelas previstas no Art.23 da Resolução CNJ 401/2021.

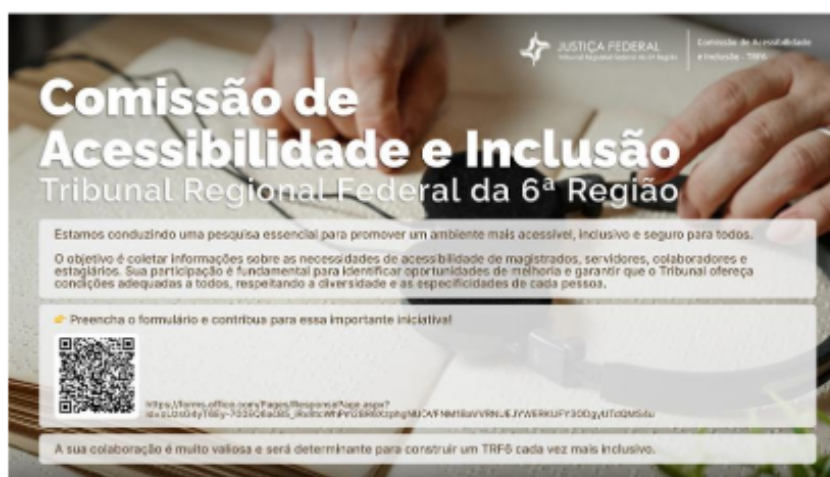


2.3 Atuação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COACI)

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão reuniu-se periodicamente no ano de 2024 para discutir e propor ações que tornem o TRF6 mais acessivo e inclusivo. Seguem informações sucintas acerca da atuação da COACI:

- Em reunião de 22/2/2024 foi pontuada a necessidade de infraestrutura tecnológica para receber pessoas com deficiência, bem assim a necessidade de servidores com conhecimento em libras, sendo na oportunidade apurado o número de servidores e magistrados portadores de deficiência.
- Em reunião de 14/03/2024 foi apontada a necessidade de intervenção da COACI via requerimento SEI sugerindo a oferta de curso de capacitação voltado à qualificação de servidores no atendimento à pessoa com deficiência no âmbito do TRF - 6a Região.
- Aos 20/03/2024 foi aberto processo SEI 0003883-65.2024.4.06.8000 em nome da Comissão solicitando a realização de atividade de capacitação na área de atendimento à pessoa com deficiência no âmbito do TRF - 6a Região, sendo acatada a solicitação com realização do curso "Excelência no Atendimento à Pessoa com Deficiência", ocorrido entre os dias 05 a 09 de agosto.
- A Comissão respondeu, em nome do TRF - 6a Região, o questionário sobre Gestão da Acessibilidade e Inclusão no Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça.
- Portaria Presi 101/2024 altera a composição da COACI com inclusão da Juíza Federal Ana Paula Rodrigues Mathias e de Francine Figueiredo, secretária executiva da Escola de Magistratura.
- Em reunião de 10/07/2024 foi debatida a proposta de elaboração de cartilha de acessibilidade e inclusão, contendo o conceito de deficiência, de barreiras, de acessibilidade, de inclusão social, com dicas de convivência para cada tipo de deficiência.
- Em reunião de 06/08/2024 foi debatido o projeto de elaboração da cartilha e, ainda, a possibilidade de utilização de programa para atendimento em libras em parceria com a Justiça Militar.
- Participação da COACI - na pessoa da Juíza Natália Floripes Diniz - no I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito judicial, ocorrido de 18 a 20 de setembro no Conselho Nacional de Justiça em Brasília.

- Em reunião de 06/08/2024 foi debatido o projeto de elaboração da cartilha e, ainda, a possibilidade de utilização de programa para atendimento em libras em parceria com a Justiça Militar.
- Participação da COACI - na pessoa da Juíza Natália Floripes Diniz - no I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito judicial, ocorrido de 18 a 20 de setembro no Conselho Nacional de Justiça em Brasília.
- Incluída a Juíza Federal Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo, que passa a atuar como Vice-Presidente da Comissão (conforme Despacho Presi 2112, de 17/10/2024).
- Em reunião de 14/11/2024 decidiu-se pela suspensão das propostas até então deliberadas para realização de uma pesquisa prévia, em formato de formulário, para aferição das dificuldades de acessibilidade no âmbito do TRF - 6ª Região.
- Criação aos 05/12/2024 de e-mail institucional da COACI: acessibilidade@trf6.jus.br.
- Publicação e divulgação pela ASCOM, aos 09/12/2024, da pesquisa da Comissão de Acessibilidade, com prazo para respostas em 31/01/25, findo o qual será designada nova reunião para aferição do resultado da pesquisa e tratativas de novas estratégias de atuação (reunião designada para o próximo dia 14/02/25)



2.4 Acessibilidade comunicacional e tecnológica

2.4.1 Aquisição de software de acessibilidade Rybená

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) deu um passo significativo em direção à promoção da inclusão digital e do acesso democrático à Justiça. O portal eletrônico do TRF6 conta com um novo software de acessibilidade, ampliando a autonomia de usuários com deficiência e garantindo uma navegação mais intuitiva e eficiente para todos.

A iniciativa, conduzida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SECTI-TRF6), viabilizou a contratação do software Rybená, reconhecido por oferecer uma gama de recursos que facilitam o acesso de pessoas com diferentes tipos de limitações visuais, auditivas, motoras e cognitivas. Entre as funcionalidades disponibilizadas estão a leitura de textos em voz alta, ajuste de contraste, ampliação de fontes e tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Essa ação reflete a preocupação do TRF6 em assegurar que a inclusão digital seja uma realidade, não apenas um conceito abstrato. A acessibilidade é uma das premissas fundamentais do Judiciário moderno, que busca eliminar barreiras e proporcionar igualdade de condições para todos os cidadãos.



O Portal do TRF da 6ª Região segue recomendações do [eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico](#), que consiste em um conjunto de padrões utilizados na construção e redação das páginas, para viabilizar ou facilitar o acesso das pessoas com algum tipo de deficiência.

Recursos de acessibilidade:

- Descrição das imagens:

As imagens publicadas no portal do TRF6 possuem descrição em palavras

- Os textos e botões do portal permitem a utilização de leitores de tela
- Os textos são alinhados à esquerda:

Formato que respeita o fluxo da linguagem associado à forma como escrevemos à mão textos muito longos. Outra vantagem é evitar a hifenização e controlar o espaçamento entre palavras. Isso é particularmente útil quando o tipo tem de ser composto em colunas estreitas. Com essa espécie de alinhamento, o leitor não tem dificuldade em localizar o início de uma nova linha.

O portal do TRF6 utiliza a ferramenta de acessibilidade [Rybená](#), que disponibiliza três recursos para auxiliar na acessibilidade: Libras, voz e ferramentas de leitura.

Libras

1. Clique no ícone flutuante à esquerda da página.
2. Com o widget aberto, aguarde a tela de boas vindas,
3. Passe o ponteiro do mouse sobre um elemento de texto. Se ele ficar realçado, indica que pode ser traduzido.
4. Clique no texto realçado e a ferramenta iniciará a tradução.

Voz

A Rybená sintetiza automaticamente o texto selecionado do português, inglês e espanhol.

Recursos de Leitura (+Acessibilidade)

Dentre os recursos disponíveis, estão:

- Recursos que utilizam IA
- Contraste de cores
- Saturação de cores
- Destaque de Links
- Máscara de Leitura
- Guia de Leitura
- Destaque de Títulos
- Alteração do tipo de fonte (dislexia), tamanho ou espaçamento
- Alteração do tamanho do cursor, alteração do tamanho da linha
- Zoom, ampliar com o cursor
- Pausar animações, adicionar legendas para imagens
- Alterar modo de leitura
- Cores das seções do site

2.5 Avaliação e acompanhamento multidisciplinar dos servidores e magistrados portadores de deficiência do TRF6.

Este projeto iniciado em 2024 pela SUASA/SESAO, e que tem previsão de continuidade, visou implementar o serviço de acompanhamento multidisciplinar contínuo e adequado dos servidores e magistrados com deficiência, em conformidade com a necessidade de cada um, recomendando medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras arquitetônicas, de mobiliários, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas, em prol de promover a igualdade, qualidade de vida e um olhar atento às necessidades destes para uma melhor adaptação e satisfação no ambiente laboral.

São objetivos do projeto:

- Primar por atitudes e esforços em prol de um ambiente físico, social e psicológico que contribua para que os magistrados e servidores PcD possam realizar suas atividades laborais com autonomia, dignidade, equidade e bem-estar;
- Ampliar o acesso e qualificar o atendimento prestado às pessoas com deficiência no TRF6, integrando os serviços de saúde prestados na SUASA em prol do atendimento às necessidades do corpo funcional;
- Intervir para melhor acessibilidade dos espaços, inclusive com a ajuda do próprio magistrado e servidor PcD no que tange a identificar as barreiras físicas à locomoção e permanência, de mobiliário, tecnológicas/equipamentos, de comunicação, de trato social e de relações interpessoais com os demais colaboradores, acolhendo sugestões e pensando alternativas mais interessantes que promovam a acessibilidade.

Em 2024 o programa contou com as seguintes participações:

Ações	Participações
Programa de Avaliação e Acompanhamento Multidisciplinar dos Servidores e Magistrados com Deficiência do TRF6 - realização de avaliação ergonômica presencial ou pelo teams	2
Programa de Avaliação e Acompanhamento Multidisciplinar dos Servidores e Magistrados com Deficiência do TRF6 - avaliação biopsicossocial dos servidores e magistrados com deficiência, integrantes do quadro de pessoal deste tribunal	21
Programa de Avaliação e Acompanhamento Multidisciplinar dos Servidores e Magistrados com Deficiência do TRF6 - realização da avaliação psicológica do servidor PcD com vistas à nomeação nos cargos integrantes da estrutura organizacional do TRF6	1
Programa de Avaliação e Acompanhamento Multidisciplinar dos Servidores e Magistrados com Deficiência do TRF6 - busca ativa e realização de atendimentos de psicologia	32

3. Indicadores de Acessibilidade - Resolução CNJ N ° 401/2021

A Resolução CNJ n. ° 401/2021 estabelece indicadores de acessibilidade, dados que devem ser coletados nos tribunais, compilados e encaminhados anualmente ao Conselho Nacional de Justiça. A seguir alguns dos indicadores coletados junto às unidades do Tribunal:

GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:

MagP(PcD) - Quantidade de magistrados(as) com deficiência.	2
TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência.	65
TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.	6
TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	22
TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência.	9
TFAuxT (PcD) - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência	0
TFAuxC (PcD) - Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.	0
TFAuxJL (PcD) - Quantidade de juízes(as) leigos(as) com deficiência.	0
TFauxSP (PcD) - Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.	0
TFAuxV (PcD) - Quantidade de voluntários(as) com deficiência.	0
TFAuxApr (PcD) - Quantidade de aprendizes com deficiência.	0

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	1
Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	60
QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	0
QLibrasAux - Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	0
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	0
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	6
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	4
Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	0
QACpi - Quantidade de Ações de promoção da inclusão	1
QGt □ Quantidade total de gestores(as)	480
QGc - Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	10
Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	0.02
QCt - Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	Não se aplica
QCLibras - Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	Não se aplica

ACESSIBILIDADE COMUCACIONAL E ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

VAcess <input type="checkbox"/> Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.	0
MAcess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	0
A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	Sim - 22
QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional	Não se aplica
O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	Sim -
O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	
O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Não -

Considerações finais

Conforme relatório apresentado, e a partir das análises realizadas, verifica-se que o desempenho da Justiça Federal da 6ª Região ainda está em fase de construção e adaptação, processo já esperado devido ao pouco tempo de criação do Tribunal. Porém, é possível notar, que existe um empenho cada vez maior do órgão em cumprir as Resoluções do CNJ, bem como trilhar um caminho que torne o Tribunal Regional da 6ª Região cada vez mais acessível e inclusivo.

Para o próximo ano espera-se dar continuidade às ações aqui apresentadas, bem como cumprir as ações previstas no plano de ação.